

300.5
812
4-2

512
11-2

BOLETIM DO MUSEU NACIONAL

NOVA SÉRIE
RIO DE JANEIRO, RJ-BRASIL



ISSN 0080-3189

ANTROPOLOGIA

N.º 40

AGOSTO DE 1983

O IDEÁRIO DO "PARTO SEM DOR":
UMA LEITURA ANTROPOLÓGICA

Tania Salem *
Museu Nacional — Rio de Janeiro

I — INTRODUÇÃO

A década de 50 tem sido assinalada como um divisor de águas no modo de conceber e lidar com o nascimento na cultura européia. Esta "revolução" deveu-se à difusão, nestes países, do método psico-profilático — também cunhado de "parto sem dor" (PSD) — inicialmente introduzido na França pelo médico F. Lamaze. A nova técnica — desenvolvida na URSS nos anos 30 com inspiração na psicofisiologia pavloviana — propalava que a dor não era consubstancialmente ligada ao parto sendo, antes, a expressão de constrangimentos sócio-culturais — estes sim, responsáveis pela relação entre feminidade, passividade e dor. Propugnava-se, pois, que através da re-educação física e psíquica da gestante — por meio de um treinamento centrado em técnicas de respiração e informando-a sobre a fisiologia feminina, a gravidez e o parto — seria possível convertê-la em uma participante ativa no evento. Este recondicionamento, por sua vez, era entendido como requisito necessário, senão suficiente, para controlar e mesmo abolir a dor até então reputada como inevitável. Nas palavras de Lamaze: "il n'y a donc pas là de miracle, pas plus que d'illusionisme ou de subterfuges. La femme apprend à

* Aluna do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ.

Publicado com os recursos do Convênio 253-FINEP/UFRJ/Museu Nacional.

Produção Gráfica: Sandra Siqueira — Tel.: 225-7145

Composto e impresso na INGRAF — Indústrias Gráficas Ltda.

accoucher, comme elle apprendrait à nager, comme elle a appris à lire et à écrire, et elle accouche sans douleur”¹.

Do fato de opor-se a concepções e práticas arraigadas na obstetrícia clássica decorria a insistência na imprescindibilidade de uma mudança de atitudes do próprio corpo médico-hospitalar, sem o que todo o projeto reformista redundaria em fracasso.

Nas últimas três décadas observa-se não apenas a disseminação da ideologia e da prática do PSD para dentro e fora da Europa mas também a geração de um número crescente de métodos e técnicas que, embora sendo ramificações de um mesmo tronco original, apresentam-se como ainda “mais inovadoras” e “mais modernas”. Sem desconsiderar o fascínio que, por si só, o discurso do “novo” exerce sobre a cultura ocidental contemporânea, a auto-percepção vanguardista destas correntes-filhotes apóia-se seja no fato de radicalizarem críticas já esboçadas mais ou menos timidamente pelo método matriz, seja por promoverem readaptações destes último incorporando outras ideologias em voga no corpo social (como, por exemplo, a recente valorização pelo “natural”) ou ainda por, efetivamente, propugnarem novas sugestões. O “nascimento sem violência” de Leboyer, que busca romper com a forma tradicional de receber a criança que nasce, e as propostas do médico Odent — responsável pela introdução do parto de cócoras e do parto n’água na maternidade de Pithiviers (França) — são apenas dois dos inumeráveis exemplos das novas tendências.

É indiscutível que uma análise meticulosa destas versões mais recentes do PSD possibilitaria desvelar especificidades e mesmo eventuais discordâncias entre elas. Não obstante, é fato também que uma leitura mais sociológica das novas propostas descortina, por sobre suas singularidades, tendências comuns a todas elas que, grosso modo, demarcam suas diferenças — algumas de ênfase, outras de qualidade — com relação ao que foi sugerido nos anos 50. Destas últimas inovações, duas nos interessam mais de perto.

Em primeiro lugar, acirram-se as críticas desferidas contra o corpo médico-hospitalar. Alude-se, de um lado, ao recurso visto como abusivo à moderna tecnologia obstetrícia por parte destes agentes que, informados por preocupações de ordem técnica e necessidades de programação, instigariam a passividade da parturiente (o incremento da taxa de cesarianas é tomado como evidência incontestável desta tendência) e, ao mesmo tempo, desconsiderariam as idiossin-

1 Citado em Revault d'Allones, 1967, p. 17.

crasias e dificuldades pessoais de cada mulher. De outro, a crítica à “des-personalização” do parto refere-se também ao isolamento imposto pelo setting hospitalar que, racionalizando em termos de segurança e assepsia, divorciariam o nascimento de um contexto familiar e/ou de solidariedade afetiva.

É bem verdade, conforme ressaltado acima, que os pioneiros do PSD já faziam advertências sobre a necessidade de uma re-conscientização da classe medical; mas, uma vez cumprido este requisito, se lhes garantia a perpetuação do monopólio na ingerência da gravidez e do parto. Ou seja, era delegado ao próprio médico a função de preparar o corpo e a mente da mulher para o parto indolor². Não obstante, as reservas dos médicos inovadores a seus pares acaba por funcionar como um bumerangue na medida em que, em conjugação com outros fatores, abriu espaço para que outros agentes normalizadores — os da mente — reclamassem a imprescindibilidade de sua participação junto à gestante sob a alegação de que, mais do que um fato médico, a gravidez e o parto eram eventos extremamente delicados do ponto de vista da psicologia individual:

“o nascimento é também, inevitavelmente, uma experiência psicológica que afeta o relacionamento entre mãe, pai e bebê durante muito tempo (...) O fato de aceitar o auxílio médico não significa que você deve desistir de preocupar-se com a dimensão psicológica da experiência. Não se pode permitir que a técnica estrague a experiência pessoal de uma mulher. Quando as máquinas são usadas em lugar das relações humanas calorosas e gentis, elas parecem assumir o controle de tudo” (Kitzinger, 1981, p. 242).

2 Tive a oportunidade de assistir ao filme “Le Cas du Dr Laurent”, produzido em 1956, que relata a resistência enfrentada por um médico parisiense ao tentar introduzir o PSD em uma cidade de interior francesa. A jovem heroína, que aceita submeter-se ao método, havia sido abandonada pelo pai da criança logo no princípio da gravidez sendo, a partir de então, treinada e emocionalmente assistida pelo médico forasteiro. A cena do parto é bastante elucidativa: maquilada, sempre sorridente e com total domínio de si mesma, ela, no intervalo entre fortes contrações, dirige-se ao médico e pergunta: “Vous êtes content de moi?”. A cena simboliza, entre outras coisas, a centralidade do papel do médico pioneiro que concentra, em sua pessoa, as funções de mãe, de pai e, até mesmo, do marido da parturiente.

A crítica à medicalização anuncia, assim, a crescente psicologização que, nos últimos anos, vêm envolvendo os eventos da gravidez e do parto. Pode-se mesmo afirmar que este fenômeno — que também invoca uma clara concorrência entre saberes com respeito à primazia de sua intervenção nestes momentos — desponta como uma distinção de qualidade quando se contrasta o discurso dos anos 50 com aquele estabelecido mais recentemente. Assim é que a importância da “informação” da gestante, já advogada pelos pioneiros do PSD, assume novo colorido e nova função: mais do que um mero antídoto contra a dor, ela passa a ser valorizada como um recurso para controlar a própria equipe médico-hospitalar. Em outras palavras, os novos ideólogos insistem em que a re-apropriação, por parte da mulher, do conhecimento técnico monopolizado pelos especialistas constitui um direito para o exercício de sua auto-determinação de como, e onde, quer ter seu filho bem como a pedra de toque para convertê-la em sujeito — não apenas contra o “destino feminino” mas também face ao poder medical.

Além disso, as versões mais recentes do PSD promoveram um deslocamento no foco de atenção dos agentes normalizadores: enquanto que em sua formulação original esta corrente se estrutura, e tem sua razão de ser, na sua promessa do parto indolor, a psicologização deste domínio fez com que a gravidez passasse a ser percebida como algo mais do que uma mera preparação para o parto³. Com efeito, não é despropositado afirmar que o controle da dor é relegado a segundo plano sendo precedido pela preocupação em (re) inserir a experiência da gestação e do nascimento em um contexto afetivo. Em resposta ao desvirtuamento provocado pela “artificialidade” e “impessoalidade” característicos da instituição médico-hospitalar, os novos gerenciadores concedem absoluta centralidade às emoções despertadas por tais momentos insistindo na importância de expressá-las e partilhá-las com outros indivíduos em situação similar. A justificativa para a geração destes novos grupos ou redes de sociabilidade, sob a supervisão dos especialistas das emoções e do

3 Veja-se, por exemplo, os termos de um projeto que informou, nos anos 70, a prática de um grupo de psicólogos junto a gestantes de baixa renda em uma maternidade pública do RJ: “(busca-se) favorecer uma boa relação mãe/feto e, em consequência, uma futura relação favorável entre mãe e filho (pensada, por sua vez, como) o modelo das relações humanas subsequentes” (em, Lo Bianco, 1981, p. 155).

afeto, extravasam os motivos já aludidos. O exame dos outros fatores que estimulam a formação destes núcleos será objeto de um tópico desenvolvido adiante.

A segunda inflexão efetivada pelo novo discurso tem a ver com a questão de quem — afora, obviamente, os gerenciadores das emoções — deve assistir a gestante nesses momentos. A centralidade conferida a esta temática encontra-se intimamente relacionada com a crítica à medicalização do nascimento.

Vale a pena retroceder na história: vários autores vêm assinalando que na sociedade tradicional — cuja organização social fundamentava-se na família extensa — a gravidez, o parto e a socialização das crianças eram tidos como eventos públicos nos quais encontrava-se envolvida toda a comunidade, sobretudo a feminina, que funcionava como a rede básica de solidariedade. A nuclearização da família, com a restrição da sociabilidade nela implicada, e também a constituição do campo médico, desalojaram as mulheres de suas antigas funções esvaziando, de igual modo, seu saber específico. Já em fins do século XVIII esboça-se a medicalização da gravidez e do parto, e o nascimento — convertido em um evento privado e individual — processa-se em um ambiente fechado e interdito aos leigos. É exatamente nos anos 50 do século XX, e portanto coetâneo com a introdução do PSD nos países europeus, que a hospitalização se generaliza e atinge seu ponto culminante.

Em seus primórdios, o PSD dirigia-se, basicamente, à mulher cabendo ao médico, como já referido, a função de prepará-la para o momento do parto; em outras palavras, tudo se passava como se este personagem fosse capaz de condensar, em sua pessoa, a antiga rede de solidariedade e de apoio à gestante⁴. É bem verdade que estes pioneiros já pareciam buscar um espaço para o pai da criança nestes eventos sugerindo, por vezes, sua participação no instante do parto — proposta esta que contou com forte resistência por parte do setting hospitalar.

Entretanto, aquilo que se esboça muito timidamente nos anos 50 consolida-se vigorosamente nas tendências mais recentes e isto em virtude da “revalorização das relações afetivas” advogadas pelos novos ideólogos do PSD. Mas, diversamente do verificado na sociedade tradicional, esta ênfase no partilhar das emoções e tarefas envolvidas no nascimento não diz respeito à comunidade e nem mesmo à família extensa mas antes, e sobretudo, ao casal. Observa-se, por-

4 Ver nota 2.

tanto, a entrada de um novo personagem em cena: o pai da criança. A ele cabe não apenas presenciar ao nascimento — onde tem tarefas bastante específicas a desempenhar — mas também é altamente aconselhada e estimulada sua freqüência aos cursos pré-natais. Tal como sua companheira ele deve comportar-se como um “participante ativo e informado”, conforme convém ao “pai moderno” e ao “conceito moderno de casamento”. Em suma, a imagem da mulher grávida, tendo sua mãe a seu lado, é destronada pela do *casal grávido*:

“Ter um bebê costumava ser um assunto privativo da mulher com sua mãe ao lado, dando conselhos; hoje em dia esta é uma situação cada vez mais partilhada entre o homem e a mulher, tanto na fase da gestação quanto no momento do parto” (Kitzinger, 1981, p. 137).

As implicações e ambigüidades desta nova configuração constituem um dos temas desenvolvidos adiante.

Os dois tópicos aqui destacados — a crescente psicologização da gravidez e do parto e a mudança na rede de relações familiares prioritariamente implicada nestes eventos — certamente não se originam no circuito do PSD. Antes, eles são a expressão, neste domínio específico, de transformações sociais e ideológicas muito mais abrangentes retraduzidas e reelaboradas, de forma particular, pelo PSD. Uma primeira aproximação, ainda bastante superficial, deixa entrever que a psicologização do campo insere-se em um movimento mais amplo referente à disseminação da linguagem e dos esquemas interpretativos desta disciplina por todo o corpo social verificada sobretudo a partir dos anos 60⁵. A segunda pretensa inovação do PSD conduz, em última instância, para o fenômeno da nuclearização da família e da restrição de sua sociabilidade de que fala Ariès (1978). Mas, ao lado deste fenômeno mais remoto no tempo, cabe também considerar que, no final da década de 60 eclodem, nos chamados países de capitalismo avançado, ideologias que questionam a divisão tradicional de papéis sociais entre o homem e a mulher. O movimento feminista foi, sem dúvida, o principal porta-voz desta perspectiva advogando uma reestruturação a nível do casal e propondo mesmo uma intercambialidade entre as funções femininas e masculinas. Ainda que no decorrer deste trabalho focalizar-se-á básica-

5 Cf., a respeito, Berger (1980).

mente o fenômeno da nuclearização da família e suas sequelas — que, aliás, constitui o pano de fundo que confere sentido às demandas feministas — é importante ter em conta que o ideário do PSD se deixa impregnar por estas ondas ideológicas mais recentes. Este fato explica, pelo menos em parte, as diferenças acima assinaladas entre sua formulação original nos anos 50 e a das décadas subsequentes.

Seguindo esta linha de argumentação, o presente trabalho se propõe a uma leitura antropológica do PSD, sobretudo em sua versão mais recente. Isto é, intenciona-se proceder a um exame das relações deste discurso com o quadro geral das representações onde ele nasce e se embebe, buscando descortinar os valores axiais que o estruturam. Este tipo de enfoque relativiza, ou contextualiza, o caráter “revolucionário” que estas correntes reclamam para si ao revelar que sua ideologia específica encontra-se ancorada, e guarda relação profunda, com valores sociais e morais basilares da cultura ocidental. Em outros termos, sob a perspectiva proposta, não há como negar às formulações do PSD um caráter eminentemente *moderno* mas em um sentido diverso do utilizado por este mesmo discurso que equivale este termo a “vanguardismo”. Antes, o significado que aqui informa esta noção está estreitamente associado a uma constelação de representações e valores que se costumam em torno do tema do *individualismo* do qual nos falam Simmel (1971) e Dumont (1966)⁶ — isto é, o do deslocamento da representação da totalidade para o indivíduo englobando-se, neste último termo, tanto o “indivíduo sujeito moral” quanto o “indivíduo coletivo” (Dumont, 1970). A interpretação aqui sugerida é a de que os supostos normativos e valorativos do PSD têm esta ideologia como sua coluna mestra. Nessa medida, *seu ideário não só endossa valores sociais mas também reflete dilemas modernos*.

Ao tecer estas considerações colocamos entre parêntesis qualquer tipo de valoração acerca das novas propostas, não se lhes contestando nem sua legitimidade nem sua eficácia simbólica. Intenciona-se, tão somente, contextualizar suas “inovações” dentro de uma

6 Ao matizar os diferentes momentos da ideologia individualista, contrastando as formulações do século XVIII com as dos séculos subsequentes, Simmel sugere um deslocamento do valor da igualdade entre indivíduos para o da unicidade e o da diferenciação entre eles. Ver, em especial, “Freedom and the Individual” (1971, pp. 217/226). As referências aqui feitas a esta ideologia aproximam-se mais desta última concepção de individualismo.

experiência sócio-cultural mais abrangente e historicamente demarcada.

Este trabalho toma como ilustração do novo discurso, o livro de Sheila Kitzinger, *Gravidez e Parto*, escrito em 1980 e publicado no Brasil no ano seguinte. A escolha deste manual dedicado a "casais grávidos" é, em parte, aleatória se se considera a enorme quantidade de publicações congêneres que invadem, nos últimos anos, as livrarias nacionais e estrangeiras. Por outro lado, esta autora é considerada autoridade destacada no assunto e o brevíssimo intervalo entre o momento em que foi escrito e sua tradução para o português já é, por si só, uma evidência deste fato. Kitzinger diplomou-se em Antropologia Social em Oxford tendo, mais tarde lecionado na Universidade de Edimburgo onde acaba por se especializar no tema da gravidez e do parto em diferentes culturas. Tem vários livros escritos sobre o assunto e, a partir de 1958, desenvolve seu próprio método de preparação para o parto ao qual denomina de "método Kitzinger" com orientação "psico-social" sendo também orientadora de cursos pré-natais para casais em Londres. O fato de ser uma especialista, acadêmica e profissional, no tema não resolve a questão da representatividade de seu trabalho no universo de publicações sobre o assunto. Não obstante, é possível adiantar, com base em outras leituras, que seu livro não chega a surpreender pela originalidade de suas colocações. Ademais, repetimos, o referido manual é aqui tomado como um mero recurso para ilustrar ideologias e valores mais abrangentes que encontram-se cada vez mais difundidos nos discursos sobre a nova maternidade e paternidade.

Para empreender este exercício foram selecionados os seguintes temas que, como ficará evidenciado, guardam entre si uma profunda relação de interdependência:

1. qual a concepção de família implícita ao ideário do PSD;
2. quais os processos de individualização implicados no nascimento do primeiro filho;
3. quais os perturbadores potenciais envolvidos na constituição da nova unidade familiar;
4. quais as "soluções" apresentadas pelos agentes normalizadores para contornar estes eventuais entraves.

O exame destes tópicos possibilitará depreender os supostos normativos e valorativos que impregnam o PSD mas que, indubitavelmente, o transcendem.

II — REPRESENTAÇÕES SOBRE FAMÍLIA CONTIDAS NO DISCURSO DO PSD

Ainda que com a psicologização da gravidez e do nascimento a proposta da supressão da dor tenha sido preterida em nome de outros objetivos considerados mais prioritários, é inegável a persistência da centralidade conferida pelos novos especialistas ao momento do parto. Basta invocar que mesmo os grupos operativos para "casais grávidos" continuam a auto-denominar-se de "cursos de preparação para parto". Pode-se aventar, como hipótese, que uma das razões que converte este instante no ponto cerimonial mais dramático deste ritual de passagem reside no fato de ele *coroar não apenas o nascimento de uma criança mas também o de uma família*:

"o bebê é puxado para dentro de um círculo de amor entre os pais e se torna parte dele. O que significa que não foi apenas um bebê que nasceu, mas uma família" (SK, p. 269).

A assertiva de Ariès (1978) segundo a qual o século XIX dá origem à família com centralidade na criança assume, assim, sua realização plena ou paroxística: uma relação conjugal só se converte em uma unidade familiar no momento exato em que produz seu primeiro filho; sem este não há família mas apenas um casal.

Esta mudança de estatuto implicada na chegada do bebê coincide, pode-se dizer, com um *processo de diferenciação, e nesse sentido de individualização, de um novo núcleo*. Conforme desenvolvido adiante, sobre este trajeto pairam perturbadores potenciais mas, idealmente, os especialistas proclamam que seu desenrolar exitoso pressupõe, antes de tudo, a consciência de que:

"este é um processo pelo qual duas pessoas ingressam juntas em uma empreitada (...) Se um homem e uma mulher puderem compreender o que significa a gravidez para seu parceiro, eles estão no caminho correto para crescerem juntos" (SK, 1981, p. 144).

Esta imagem desvela um segundo atributo implícito ao conceito de família tal como concebida pelos ideólogos do PSD: a constituição da nova unidade é vista, primordialmente, como um *projeto*

de duas pessoas sem qualquer intermediação de famílias — seja porque a gestante e seu companheiro constituem apenas um casal, seja porque suas famílias de origem não são concebidas como atores significativos neste evento⁷. Em outras palavras, os futuros pais são descritos como *dois indivíduos reduzidos a um mínimo de relações* e cuja identidade enquanto casal já é, supostamente, mais intensa do que os laços que os uniam às suas respectivas famílias de proveniência.

→ Ambas as características assinaladas são constitutivas da família moderna, isto é, nuclear. Sustentamos, com evidências sugeridas abaixo, que a atuação dos especialistas do PSD não só se fundamenta, mas mesmo pressupõe, esta configuração particular de família.

1 III — PERTURBADORES POTENCIAIS NA CONSTITUIÇÃO DA NOVA UNIDADE FAMILIAR

Os modernos manuais do PSD insistem em que a constituição da família implicada no nascimento do primeiro filho não se encontra imune à interferência de instâncias sociais perturbadoras. E, subjaz a seu ideário, a sugestão de que as tensões e engasgos específicos a este processo cristalizam-se nas relações que a unidade em vias de formação mantem com: *a)* as famílias de origem e *b)* com os indivíduos que compõem o casal. No primeiro caso o casal é pensado como uma unidade e a questão em jogo é a de sua diferenciação com respeito às unidades familiares mais abrangentes. No segundo, ao invés, o casal é concebido como composto de indivíduos singulares e a pedra de toque consiste em fazer com que eles operem, de fato, como um “indivíduo coletivo” e não como uma “coleção de indivíduos”⁸.

Estes conflitos potenciais que os ideólogos do PSD apresentam como particulares ao nascimento do primeiro filho nada mais são

⁷ Mais precisamente, o nascimento de uma criança é entendido como um assunto da *família nuclear*. Em um capítulo dedicado ao casal grávido com um ou mais filhos, Kitzinger propõe: “você deve ter a preocupação para que eles (os filhos) encarem o parto como um fenômeno natural, como um episódio alegre ao invés de um ato cirúrgico que a levará ao hospital. *O nascimento é um evento familiar, e o bebê deve pertencer a toda a família*” (p. 42, grifo meu).

⁸ O sentido imputado a estes termos encontram-se em Dumont (1970).

do que a tradução, para este domínio específico, de dilemas muito mais gerais e eminentemente modernos — a saber, o da tensão que permeia a relação entre o indivíduo — pensado quer como sujeito biológico singular, quer como indivíduo coletivo — e o grupo mais amplo que o abarca. Para o exame destas questões o artigo de Simmel, “Group Expansion and the Development of Individuality” (1908), oferece um marco teórico exemplar.

III.1 — A FAMÍLIA EM CONSTITUIÇÃO E AS FAMÍLIAS DE ORIGEM

No mencionado texto, Simmel envereda pelo tema das formas, históricas e sociológicas, que propiciaram o desenvolvimento da individualidade, isto é, o da fragmentação do todo em domínios crescentemente autônomos. O fenômeno da individualização diz respeito *não apenas ao indivíduo propriamente dito mas também ao grupo enquanto entidade que se destaca de instâncias sociais mais encompassadoras* (“individuation of collectivities”, p. 264). Este tópico dedica-se a examinar os supostos e as implicações inerentes a este segundo processo, tal como formulado pelo PSD.

Sabe-se que, historicamente, a família moderna foi gerada a partir de seu desprendimento com relação à família extensa — evento este que redundou em sua individualização e na contração de sua sociabilidade. Esta nova unidade, conforme descreve Simmel, “was naturally far smaller and more individual in character than the embracing patriarchal family has been” (1971, p. 264).

Não obstante, ao referir-se à constituição da nova realidade familiar, o discurso do PSD oscila entre afirmar esta individualização como uma postulação de fato — ou seja, como uma constatação — e como uma postulação normativa — isto é, como algo que *deve ser consumado*. Em outros termos, o *PSD pressupõe e opera como a família nuclearizada mas que está em vias de enfrentar o desafio de sua individualização — vale dizer, o de sua diferenciação — com respeito às famílias de origem*. Este descompasso entre o fato já concretizado da nuclearização da família e o de sua singularização simbólica com respeito a unidades familiares mais abarcadoras elucida-se quando se considera que aquele fenômeno não se processa de modo linear e que “os laços entre diferentes famílias nucleares podem criar formas de sociabilidade matizadas” (Velho, 1971, p. 46).

Veja-se, por exemplo, as seguintes passagens:

“uma mulher tem que ter certeza de que seu filho lhe pertence (...) Alguns casais têm problemas no relacionamento familiar que eles imaginam peculiares a seus casos individuais, sem perceber que são problemas vividos por vários outros casais. Num curso de educação para o parto cria-se a oportunidade de discutir tais problemas, analisar os sentimentos dos futuros avós e quaisquer outras situações que estejam causando tensão. O simples fato de constatar que seus problemas são comuns pode ajudar um casal (...) (Diante do impacto ocasionado pelo princípio da gravidez) “o casal deve discutir junto suas emoções e podem evitar os parentes até se sentirem aptos a estar com eles” (SK, 1981, pp. 144 e 35).

O texto acima permite afirmar um *estímulo consciente à contração da sociabilidade no que respeita à relação com a família de origem* propondo, em seu lugar, outras redes de apoio ao casal. A justificativa para esta incitação reside em um suposto comportamento intromissor, senão usurpador, dos futuros avós — o qual conduziria ao comprometimento da singularização da nova unidade em constituição. Óbvio está que a tensão e quase incompatibilidade entre esta última e as famílias de proveniência pressupõem, por parte do casal grávido, um *intenso anseio de diferenciação*. Aludindo à sua clientela específica, Kitzinger pontifica:

“muitos (dos casais) sentiam fortemente a vontade de ser, como pais, um tipo diferente daquilo que seus próprios pais haviam sido, levando seus filhos por um caminho radicalmente diferente, e de ter um casamento mais feliz do que, pensavam, haviam tido seus pais” (SK, p. 143).

A ênfase e a valorização na “mudança” — que traduz a internalização vigorosa da ideologia individualista — chega ao ponto de o projeto do casal grávido formular-se *por oposição* ao ethos e ao estilo de vida de seus pais, concebidos como modelo cultural negativo. Em resumo, o caráter supostamente perturbador da família de proveniência reside no fato de ser ela concebida como uma *ins-*

tância desindividualizadora no sentido de que impediria a ansiada diferenciação.

A nuclearização da família associada à insistência dos novos especialistas e/ou de seu público específico na diferenciação simbólica são fatos que refletem, ao mesmo tempo que concorrem para, a fragmentação das experiências individuais. Assim, se a tradicional figura da mãe era, ela própria, fonte de informação e de apoio à gestante, o pai da criança, que tende a substituí-la, é tão ou mais virgem que sua companheira nos assuntos que envolvem a concepção e o parto. Por conseguinte, *do rompimento, efetivo e/ou estimulado, com respeito às famílias de origem decorre um reforço da dependência do casal grávido para com os especialistas*.

Face à “angústia da individualização” (Velho, 1981, p. 44), os novos especialistas, funcionando como uma *agência nômica*, oferecem um discurso e uma prática com vistas a re-organizar e re-totalizar a experiência fragmentada. Os grupos operativos, desempenhando a função de novas redes de sociabilidade, e sobretudo os especialistas, convertidos em “outros significativos” para o casal, cumprem o papel outrora atribuído à mãe:

“se você perceber que está ficando deprimida (...), converse com sua orientadora de preparação para parto, que provavelmente sendo mãe também, saberá compreender o que você está sentindo” (SK, p. 186).

Colocando-se a meio caminho entre a relação impessoalizante do corpo médico-hospitalar e a relação excessivamente pessoalizada, sufocante e tradicional dos futuros avós, os novos ingerenciadores oferecem um saber “moderno” e “natural” e uma relação mais neutra que a familiar, embora também “afetiva”. Eles proclamam cumprir, nesse sentido, a função das *estruturas intermediárias* de que fala Simmel (1971, p. 265) as quais, por suposto, fomentam a individualização harmoniosa da nova unidade representando, ao mesmo tempo, um antídoto contra a impessoalidade e o anonimato.

III.2 — A FAMÍLIA EM CONSTITUIÇÃO E OS INDIVÍDUOS QUE A COMPÕEM

A outra perturbação potencial para a qual convergem os olhos dos especialistas diz respeito à relação entre o casal, pensado en-

quanto estrutura unitária, e os indivíduos que o compõem. O perigo implícito é o de que esta unidade — que deve, idealmente, comportar-se como um “*indivíduo coletivo*” *fragmente-se em uma coleção de indivíduos*”, colocando em risco a própria família em constituição.

Este drama entre individualização do grupo e a do indivíduo propriamente dito já foi formulado por Simmel: “expressed in a very terse schema, the elements of a distinctive social circle are undifferentiated, and the elements of a circle that is not distinctive are differentiated” (1971, p. 257). No que tange especificamente à família moderna, esta tensão, ainda segundo este autor, estaria diluída pelo fato de ela saciar o “drive dualístico” presente em todos os indivíduos — entendido como uma “necessidade interna” que se dirige tanto para sua individuação quanto para seu oposto. Nessa medida, a família nuclear, além de percebida como individualizante por excelência, forneceria a seus membros o cimento moral indispensável contra a anomia: “the lone individual cannot save himself from the totality: only by surrendering a part of his ego to a few others, joining himself in with them, can he preserve his sense of individuality and still avoid excessive isolation, bitterness and idiosyncrasy” (1971, p. 262).

Apesar da plausibilidade destas evocações conciliatórias, não há como descartar que a unidade familiar possa, do ponto de vista da vivência do ator, comprometer sua singularização — sobretudo naqueles grupos ou culturas cuja agenda ideológica tem como foco justamente o indivíduo⁹. Em grande parte esta tensão parece resultar do fato de que, uma vez enfraquecidos os laços de solidariedade com o universo mais amplo de parentes, produz-se “uma alta densificação e concentração de interações sociais e afetivas no limitado âmbito da família nuclear” (Velho, 1981, p. 70) e que o incremento das demandas e da dependência entre os componentes deste núcleo pode vir a vulnerabilizá-lo enquanto unidade. É seguindo esta linha de raciocínio que Figueira (s/d) justifica o “boom psicanalítico” verificado nos últimos anos nos centros urbanos brasileiros.

A ideologia da nova maternidade/paternidade, bem como a do casal grávido e psicologizado, acompanham e ilustram, perfeitamente, estas tendências. Segundo o diagnóstico dos especialistas, a experi-

9 A associação entre família e “sufoco” bem como a dicotomia entre “família versus o “eu” têm sido sublinhadas por alguns autores. No que diz respeito aos estratos médio urbanos do RJ, cf. Salem (1980) e Velho (1981, p. 78).

ência do nascimento do primeiro filho representa uma situação especialmente dramática na qual a fricção entre a unidade familiar em vias de constituir-se e a individualização de seus membros componentes tende a aguçar-se. Os argumentos invocados aludem a que este evento demarca uma etapa privilegiada na construção e reformulação do “eu”: os manuais e também a literatura mais teórica insistem em que esta passagem propicia e estimula uma “revisão da biografia passada” observando-se, nestes textos, um recurso abusivo a termos como “conhecer-se”, “modificar-se”, “crescer” etc... Em uma palavra, à nova identidade enquanto grupo (de casal para família) sobrepõe-se a construção de uma nova identidade de cada um dos parceiros. Entretanto, o desafio enfrentado resulta do fato de o homem e a mulher encontrarem-se, em princípio, diferencialmente envolvidos na experiência — tanto em termos de qualidade, quanto de intensidade:

“quando principia a gravidez, um homem e uma mulher freqüentemente *começam a habitar mundos diferentes* (...) Ele pode achar que não pode mais falar sobre os problemas “racionalmente” e que ela perdeu o interesse por tudo, exceto pelo bebê” (SK, p. 142, grifo meu).

Esta passagem é bastante elucidativa: nela vislumbra-se a percepção da gravidez como sendo uma experiência tão totalizadora, psicologicamente falando, para a mulher que pode redundar na fragmentação do casal. Além disso, o texto deixa vaziar a persistência da visão de que a gestação é, por sua própria “natureza”, uma experiência basicamente feminina posto que é a grávida, afinal, que “perdeu o interesse por tudo”.

Estas considerações convidam a pensar sobre qual é o papel do pai neste *script* ou, colocando sob outra forma, qual o significado subjacente à concepção da gravidez e do nascimento da criança como um *projeto a dois*.

A proposta de Velho de pensar o conceito de projeto como uma “tentativa consciente de dar um sentido ou uma coerência à experiência fragmentadora” (1981, p. 31) é um bom ponto de partida. No caso específico da gravidez “moderna”, a noção de fragmentação invoca, de um lado, o fato de ser ela um assunto que se destacou das antigas redes de sociabilidade dizendo respeito, exclusivamente, ao casal. De outro, alude também à potencialidade disruptiva desta

experiência que, inscrita em um contexto no qual se verifica uma sobrecarga de demandas sobre a entidade nuclearizada, propicia um descompasso entre os movimentos singulares de individualização do homem e da mulher.

Deriva daí a imprescindibilidade de uma “negociação”, a ser formulada em termos de um “projeto a dois”, de modo a sedimentar estas duas individualidades ou singularidades. E, implícito ao esforço para re-totalizar a experiência fragmentada e potencialmente desagregadora, a reconstrução da realidade configura-se como um pré-requisito para que o “novo pai” encontre seu espaço “natural” nessa empreitada:

“é importante não reprimir as emoções. Conversem sobre elas. Esta é uma forma de fortalecer o relacionamento e prepará-lo para a nova pessoa que passará a integrá-lo (...). A gravidez não é meramente um tempo de espera. É um período para elaborar juntos coisas que vocês valorizam em sua vida em comum (...). Um homem e uma mulher precisam desenvolver-se no sentido de se tornarem pais. Nasce, então, uma família” (SK, p. 35).

Ao lado desta atividade discursiva há, nos manuais, indícios daquilo que pode-se chamar de “*couvade induzida*” — proposta esta que evidencia, de modo paroxístico, a intenção de integrar o pai nesta experiência. Por exemplo, ao sugerir que o casal deve “treinar e simular contrações” como uma forma de se preparar para o parto, esta autora aconselha:

“é melhor praticar esta técnica com seu parceiro, que age como o seu “útero”, prendendo uma parte de sua carne na parte interna das coxas entre os dedos. Você controla o tipo de respiração de acordo com a intensidade da pressão que sente e depois de um tempo *pode ser uma boa idéia trocar de papéis* (...) *Para seu parceiro pode ser a primeira impressão de como parece uma contração* (...) *e ele aprende a responder a ela*. Isto é importante se ele vai estar com você durante o parto e quer estar preparado para ajudá-la, *respirando com você* quando as contrações vierem a ser mais difíceis” (SK, pp. 174 e 177, grifos meus).

Cabe sublinhar, não obstante, que a ênfase em uma experiência partilhada a dois sofre, na realidade, a *intermediação dos especialistas*. Assim, a primeira advertência feita aos cônjuges ao tomarem conhecimento de que esperam um filho é a de que “procurem um bom curso pré-natal”. A promessa é a de que nele o casal não só se munirá das informações necessárias para contrarrestar o poder medical como a de que encontrará um espaço indispensável para o exercício da conversação e, portanto também, para a redefinição da realidade do “novo casal”.

“Se você quiser dar à luz sem antes ter tomado instruções sobre o parto, é muito possível que seu corpo responda naturalmente. Entretanto, o curso de preparação para o parto ajuda a conhecer mais sobre seu corpo e a se sentir feliz durante a gravidez” (SK, p. 154).

Ou seja, a “natureza” conhece seu caminho mas os especialistas das emoções se percebem como capazes de aprimorá-la prometendo, ao casal, a “felicidade”. Ao contrário dos médicos que, com o abuso de sua tecnologia, estimulam a inatividade do casal e violentam a natureza, os novos especialistas se apresentam como “auxiliares” desta última respeitando, de igual modo, a “vontade” e a “decisão” dos sujeitos envolvidos. É exatamente com base neste tipo de discurso que eles legitimam a isenção de sua atuação: longe de se perceberem como ingerenciadores, eles proclamam apenas o intuito de “harmonizar” a relação entre os parceiros, ou entre eles e a natureza, de modo a que a experiência pela qual atravessam resulte em avanços maturacionais positivos e revista-se de “prazer” e de “felicidade”.

Não há como negar, entretanto, o caráter paradoxal inscrito no fato de a promoção da individualidade e do intimismo psicológico demandar a ingerência de especialistas. Longe de ser exclusivo à ideologia do PSD, este parece ser um dos paradoxos característicos dos nossos tempos: a ênfase nas singularidades individuais, a valorização do privado, do subjetivo e das emoções coincidem com a normalização social, mediatizada pelos especialistas, destas mesmas instâncias. Esta consideração sugere a conveniência de se *relativizar a noção do privado* como se fosse, por oposição ao público, um espaço reservado ao indivíduo na plena acepção da palavra.

Sumariando, a ideologia do PSD refere-se a dois processos superpostos de individualização implicados no nascimento do primeiro

filho: de um lado, o da diferenciação de uma nova unidade promovendo a mudança de seu estatuto de casal para família e, de outro, o que afeta cada um dos componentes do grupo. Os entraves nos quais esbarram ambos estes fenômenos podem ser retraduzidos em uma *tensão entre a individualização propriamente dita e a inserção em uma categoria mais ampla*. No primeiro caso, a força contrarrestadora da singularização cristaliza-se, basicamente, nas famílias de origem ao passo que, no último, depara-se com o dilema entre a individualização do núcleo, que demanda centripetismo, e a de seus membros componentes, cujos movimentos são, potencialmente, centrífugos. Segundo os postulados do PSD, ambos estes engasgos poderiam ser sanados, ou ao menos abrandados, através da intermediação dos novos agentes normalizadores.

Figueira justifica o incremento da demanda de uma “intervenção organizadora” argumentando que: “esta demanda surge de um estado de coisas insuportável, gerado por mudanças na própria organização da vida familiar, que pode ser chamado de *desmapeamento*. O desmapeamento não é, como sugere a metáfora, ausência de ordem, forma ou mapa, mas a presença de ordens, formas e mapas contraditórios” (s/d, p. 7).

Deve-se, contudo, estar atento para o outro lado da moeda: “os especialistas encarregados de reeducar terapeuticamente a família dão-se conta de que a desestruturação familiar é um fato social, mas raramente percebem que as terapêuticas educativas são componentes ativos na fabricação deste fato. Presos à ideologia do “cientificismo” acreditam na isenção política de suas práticas profissionais. Por esta razão, jamais procuram rever as matrizes sociais da ciência que orienta os postulados teóricos e técnicos destas práticas. Pelo contrário, permanecem atados ao “cientificismo”. Redobram as medidas de controle terapêutico. Analisam e interpretam a perplexidade e a fragilidade dos indivíduos como provas de que eles não estão suficientemente convertidos às normas de saúde. Renovam o equipamento teórico-técnico de terapias e pedagogias terapêuticas, reforçando a engrenagem geradora do desconforto familiar. Pedem, prescrevem e exigem mais exercícios físicos, mais ginásticas mentais e mais esforços intelectuais. Não vêem, ou fingem não ver, que, como atesta a evolução higiênica da família, todas estas injunções revertem em maior disciplina, maior vigilância e maior repressão” (Costa, 1979, p. 16).

Sem endossar as supostas intenções maquiavélicas implícitas ao ideário dos agentes normalizadores como se fossem uma estratégia

de cunho político, não resta dúvida de que sua ideologia específica encontra-se ancorada em, e comprometida com, valores sociais que a extravasam. O próprio tópico ocupa-se em contextualizar a ideologia do PSD dentro de um quadro de referenciais sócio-culturais mais abrangente.

IV — A IDEOLOGIA DO PSD COMO EXPRESSÃO DA MODERNIDADE

Examinar a agenda de tópicos e questões pertinentes ao PSD implica, ao mesmo tempo, em desvelar temas e dilemas da modernidade. Do mesmo modo, é possível, a partir da leitura de seus postulados, reconstruir a imagem do público específico capaz de digerir suas propostas “vanguardistas”.

Conforme enfatizado no decorrer do texto, o pano de fundo que enquadra e confere sentido às questões levantadas pelo PSD remete, em última instância, para a desagregação da família extensa à qual corresponde não apenas sua fragmentação em unidades nucleares crescentemente autônomas mas também à qual encontra-se intimamente relacionada a noção de indivíduo. Não obstante, se este processo histórico é tido como “natural” — e mesmo como “desejável” — porquanto possibilita que a diferenciação como valor se concretize — por que a sistemática referência a uma *tensão* entre o sujeito — indivíduo ou grupo — que se individualiza e a unidade maior que o contém?

Mais do que o resultado de uma eventual, embora plausível, resistência do núcleo mais abrangente à sua desagregação e mais do que o fruto de um descompasso entre uma mudança social acelerada que atinge a família e a persistência de suas formas mais arcaicas “*invisíveis, dentro dos sujeitos*, porque internalizadas em algum momento de sua formação” (Figueira, s/d, p. 7) — parece mais pertinente interpretar a aludida tensão como questão constitutiva da ideologia individualista. Ou seja, este dilema fundamenta-se no próprio caráter dual que a instância mais encompassadora manifesta em sua relação com as unidades que abarca operando na fronteira, tênue e oscilante, entre ser um preventivo contra a anomia a que estariam sujeitas as entidades modernas atomizadas e constituir um constrangimento à sua individualização. Resulta daí que, *no contexto sócio-cultural onde o “culto do eu” esboça-se como religião* (Duarte, 1981), o relacionamento entre o indivíduo (singular ou coletivo) e

a unidade maior que o contém tenderá sempre a apresentar um cunho ambivalente, quando não conflitivo.

O fato do PSD diagnosticar e trabalhar sobre este dilema apenas reitera a modernidade de seu ideário. Com efeito, nele, o indivíduo bem como a ideologia individualista afirmam-se como coluna vertebral em torno da qual gravitam outros valores e ideologias a ela inextricavelmente associados. Discriminá-los significa, concomitantemente, traçar o perfil do “indivíduo moderno” ou, traduzindo para o jargão do PSD, o do “casal vanguardista”.

a) a ideologia do “ser sujeito”

A díade informação/participação assume, no ideário do PSD, uma centralidade absoluta sendo defendida como um “direito do casal”. Frases como “você têm o direito de escolher onde e como querem ter seu filho”, “cada mulher deve ser livre para aceitar ou recusar drogas analgésicas, como e quando quiser” (SK, pp. 240/241, grifos meus) são uma constante nos manuais dedicados ao casal grávido.

Esta insistência nas “opções” e nas “escolhas” invoca, de um lado, a sacralização da experiência individual como sendo irredutivelmente única e, de outro, a ênfase na “auto-determinação” apresenta-se como indissociável da noção de “projeto”. O olhar antropológico desvela que a concepção de projeto, bem como a consciência desta individualidade singular, “não é um fenômeno puramente subjetivo, interno. Formula-se e é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes” (Velho, 1981, p. 27).

Bem diversa é a ótica na qual se pautam o discurso e as propostas dos novos agentes normalizadores: segundo esta versão, o indivíduo é concebido como informado basicamente por sua vontade pessoal e, nessa medida, como imune a restrições sociais. Ou melhor, a meta implícita do PSD é a de, atuando junto ao casal, varrer os constrangimentos sócio-culturais — leia-se, o “destino feminino” (“tu parirás na tua dor”), a história familiar passada e ainda o poder medical — exatamente para que o indivíduo possa desabrochar plenamente expressando-se, através de suas escolhas pessoais, como *sujeito*. No limite, o casal grávido comparece neste ideário como um ator altamente individualizado a ponto de poder, se bem guiado pelos especialistas, imunizar-se contra o social atendendo, tão so-

mente, a seus “desejos” e “decisões”. Esta perspectiva correponde ao que Dumont já batizou de “naturalização” da categoria de indivíduo.¹⁰

b) a “mudança” e o “vanguardismo” como valor

Por diversas vezes, ao longo do texto, foi sublinhada a obstinação, por parte dos ideólogos do PSD e/ou de sua clientela específica, pelo “moderno”, pelo “novo”, pela “mudança”. Mostrou-se que o impulso vanguardista do casal grávido expressava-se, por exemplo, no seu intento de diferenciar-se, concreta e simbolicamente, das famílias de origem — identificadas e confundidas com o “retrogrado” e, portanto, como um modelo cultural negativo. O suposto último que informa este anseio é de que é possível, e desejável, intervir na personalidade e na biografia individual de modo a transformá-la e, no limite, subjaz a idéia de que nada determina a vida pessoal a não ser a própria vontade individual. Este suposto voluntarista apóia-se, indubitavelmente, na representação do indivíduo como o “centro do universo”.

A correspondência entre a valorização da mudança e a ideologia individualista estabelece-se também por outras vias: pode-se dizer que “mudar” significa, basicamente, cultivar a *diferença* e a *singularidade* — valores estes chaves no ideário individualista desde o século XIX, como mostra Simmel. Assim, como agudamente assinala Duarte ao referir-se à ideologia dominante na cultura ocidental, “faz parte de seu valor encompassador fomentar a “alternativa”, o “desvio”, a “mudança cultural”. Ou seja, o culto do eu “necessita da diferença para a preservação justamente de seu valor encompassador” (1981, pp. 9 e 10).

c) o “casal grávido” como expressão do “sujeito psicológico”

O casal grávido afirma-se, paradigmaticamente, como uma unidade bastante psicologizada, incentivada e afeita à verbalização de sentimentos e emoções. Com efeito, a linguagem dos novos manuais veicula um código de densidade psicológica e subjetiva com acentuada valorização do “privado”, do “íntimo” e do “afetivo”. Nessa medida, é plausível considerar a ideologia do PSD como uma mani-

10 Em outro trabalho tive a oportunidade de comparar a representação social da grávida e a do indivíduo. Ver, Salem, 1982, pp. 18 e ss.

festação ou um desdobramento da “cultura do ego” ou do “sujeito psicológico”.¹¹

Simmel, em “The Metropolis and Mental Life” (1903), acentua que os mesmos fatores que convertem os centros urbanos — dominados pela produção para o mercado e pela economia do dinheiro — em núcleos da mais alta impessoalidade, promovem também uma subjetividade altamente pessoal. O apelo à exclusividade, a atitude “blasé” e a ênfase na “reserva” seriam, segundo esta linha de interpretação, mecanismos acionados pelo homem metropolitano para permanecer perceptível para si mesmo. Neste sentido, a crítica desferida pelo PSD ao corpo médico-hospitalar, como simbolizando a impessoalidade e a despersonalização, é a tradução de uma tendência que, mais do que exclusiva ao casal grávido, constitui um impulso típico do indivíduo moderno atomizado — a saber, “(his) resistance to being levelled, swallowed up in the social-technological mechanism” (Simmel, 1971, p. 324).

Neste contexto sócio-cultural, o saber que abriga estes anseios modernos e que desponta como instância privilegiada de expressão do individualismo é, sem dúvida, a Psicanálise. Sua própria estratégia teórica basilar — que exorciza o social insinuando, em seu lugar, uma problemática pessoal de investimentos inconscientes — remete à representação do indivíduo como uma realidade auto-contida e auto-referenciada. Dispensando total atenção à vida subjetiva e concebendo a experiência pessoal como única e singular, esta disciplina espelha, mas também reforça, o estatuto que a ideologia moderna concede ao indivíduo — qual seja, o de “dado da natureza” como que dispensando qualquer mediação da sociedade. O comprometimento entre este saber e a ideologia individualista é tão intenso que Figueira chega a propor uma “homologia entre a Psicanálise individualista, a cultura psicanalítica individualizante e o individualismo psicologizado” (s/d, p. 7).

d) a “informação” como dispositivo da racionalidade moderna

A ênfase na “cultura psi”, nas relações sociais mais afetivas e no domínio subjetivo da vida não exclui mas, pelo contrário pressupõe, seu comprometimento com a Razão. É ela que, em última instância, instaura a própria possibilidade de uma intervenção terapêutica e, portanto também, da mudança e da diferenciação. O pre-

11 Ambas estas expressões foram tomadas do artigo de Duarte (1981).

ceito da racionalidade é intrínseco à ideologia individualista: como sugere Dumont (1966, pp. 318/319), a “revolução mental” que eclode no Ocidente no século XVIII destaca o reino humano do animal e a razão passa a ser concebida como o atributo distintivo entre estas duas esferas. A partir daí individualismo e racionalismo tornam-se inextricavelmente relacionados, convertendo-se nos temas dominantes da cultura ocidental.

O ideário do PSD não se mostra imune a este constrangimento: se é fato de que nele o valor da Razão esteja retraduzido no da Informação persistem, não obstante, os mesmos pressupostos — quais sejam, o de que existe uma verdade objetiva capaz de ser desvendada através do exercício da faculdade racional e o de que, por meio desta, é possível atuar, controlar e transformar o real. A tônica psicologizante que permeia o PSD faz com que o “real” visado seja, fundamentalmente, o indivíduo e seu conforto emocional.

Ademais, conforme várias vezes sublinhado, a insistência na tecla da “informação” revela uma disputa travada entre leigos e técnicos com respeito a quem cabe, prioritariamente, o controle da gravidez e do parto. Visto sob outro ângulo, esta constatação aponta para a convivência ambígua entre dois fenômenos modernos: o da ideologia individualista e o da especialização. Ou seja, se de um lado a divisão de trabalho cumpriu, historicamente, um papel capital para a produção das diferenças — donde também para a da noção de indivíduo singular — de outro, como contrapartida, a (inter) dependência gerada implicou em “delegar” partes do “eu” e da vida privada a outrem. Esta configuração assume um caráter especialmente dramático sobretudo quando referido à especialidade médica que, ao reclamar o monopólio do conhecimento sobre o corpo, estabelece um controle concreto sobre o “eu”. É esta ambivalência inerente ao fenômeno da especialização que confere sentido ao paradoxo implícito às postulações “vanguardistas” — as quais advogam uma espécie de retroação no movimento moderno da especialização ao insistirem, em nome da afirmação do indivíduo como sujeito, na necessidade de re-usurpar e re-socializar o conhecimento detido pelo corpo médico.

Sumarizando, as considerações acima permitem entrever uma constelação de valores e ideologias fortemente atrelados entre si e que gravitam em volta do *indivíduo sujeito moral* como valor axiador. O saber que organiza e condensa estes dispositivos é a *Psicanálise* que, como lembra Velho, “é em parte consequência e em parte criadora deste tipo de individualismo” (Velho, 1981, p. 32).

V — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o trabalho referimo-nos à categoria “cultura ocidental” e à ideologia individualista como conceito auto-evidentes e não problematizados. Entretanto, é inegável que ambas estas noções — o contexto sócio-cultural e seu suposto valor axiador — são por demais generalizantes e, ao apelar-se para elas, incorre-se no risco de simplificações excessivas. Pode-se mesmo vislumbrar a presença de uma contradição nas análises sobre a sociedade ocidental moderna informadas por este nível de abrangência: por um lado, esta tem sido caracterizada como “complexa” — isto é, marcada pela heterogeneidade cultural — e, de outro, tem-se pretendido abarcá-la e organizá-la em torno de um único eixo vertebral — a saber, a ideologia individualista.

Este paradoxo vem sendo contornado com a afirmação, por parte dos estudiosos, de que se está diante de um fenômeno, não de exclusividade absoluta, mas sim de *dominância relativa* das ideologias — seja a individualista, seja a holista — que adquirem preeminência em uma cultura em um dado momento histórico. Assim é que os artigos de Velho compilados em seu *Individualismo e Cultura* (1981) confluem, em sua maioria, para um mesmo ponto — qual seja, o da problematização da premissa de uma disseminação uniforme destas ideologias mesmo tomando-se como parâmetro a dicotomia, também questionável, sociedade tradicional/sociedade moderna-complexa.

Atentando para este último tipo de conjuntura, a questão pode ser formulada nos seguintes termos: se a ideologia individualista e o elenco de valores e crenças a ela associados são, como mostram Simmel e Dumont, histórica e socialmente determinados, não há porque descartar que outros fatores — trajetória social, religião, natureza da rede de relações sociais que contem os indivíduos etc. . . — possam também atuar no sentido de propiciar graus variáveis de permeabilidade, por parte de diferentes segmentos sociais, a esta visão de mundo “dominante” — incluindo-se aí sua receptividade possível à Psicanálise.

Este tipo de discussão nos interessa de perto posto que, dada a homologia estipulada entre o ideário do PSD e a agenda individualista, o problema que nos colocamos diz respeito a que tipo de público pode aderir, e digerir, as postulações da nova maternidade/paternidade. Esta indagação desperta mais problemas do que respostas e a intenção deste tópico é, justamente, esboçá-los.

Se a internalização do modelo de família nuclearizada, com centralidade na criança e com relações altamente psicologizadas constituir pré-requisito para a adoção do novo discurso — o que não é de todo improvável — então de sua alçada estarão, muito possivelmente, excluídas as classes ditas populares¹². Com efeito, o perfil do casal que mais tipicamente apresenta maiores chances de receptividade ao ideário do PSD consiste em indivíduos que, além de professarem um maior igualitarismo entre as funções femininas e masculinas, sejam relativamente intelectualizados, afeitos à verbalização de sentimentos e emoções — ou seja, que tenham incorporado a agenda temática bem como a linguagem “psi” como parte constitutiva de seu ethos. Estas qualidades, entretanto, não se encontram homoganeamente disseminadas entre todos os grupos sociais: “não se está dizendo que as elites se emocionam mais do que o povo, mas sim que para elas a *emoção*, assim como toda a experiência individual, a biografia, constituem preocupações e temas centrais, desenvolvendo portanto todo um vocabulário e um discurso cheio de matizes e meios-tons” (Velho, 1981, p. 22).

Parece, pois, ponto pacífico a evidência de a “elite”, comparativamente ao “povo”, apresentar condições que a capacitam a uma identificação mais imediata com as propostas do PSD. O fato de os agentes normalizadores terem uma proveniência social, um ethos e um universo de representações mais próximos deste público específico é, certamente, mais um fator que explica esta comunhão.

Pensando em termos de Brasil, introduz-se um outro complicador nesta esquematização advinho do fato de nossa cultura vir sendo caracterizada como predominantemente hierárquica e relacional (Da Matta, 1979) enquanto que a ideologia do PSD foi gerada na (e para?) cultura anglo-saxã cuja coluna vertebral é, predominantemente, individualista. Mesmo aqueles autores que buscam relativizar esta leitura afirmando inclusive que no Brasil “o modelo dominante (seria) individualizante por excelência” (Velho, 1981, p. 101) não negam o papel crucial que a hierarquia exerce entre nós resultando daí que “o pertencimento a uma família específica é elemento de fundamental importância no sistema de classificação dos universos investigados, *até mesmo nos processos mais radicais de individualização*” (Velho, 1981, p. 119, grifo meu).

Aceitando a postulação de uma forte ideologia hierárquica e

12 Os trabalhos de Lo Bianco (1981) e de Boltanski (1977) suportam esta hipótese.

familista no Brasil dir-se-ia que, em nossa sociedade, mesmo os casais mais propensos a acatar o ideário individualista apresentariam, tendencialmente, uma rede de relações mais densa (Bott, 1971), com um grau mais intenso de sociabilidade derivando daí — conforme hipóteses desta autora — uma segregação mais rígida e acirrada dos papéis conjugais. Seguindo esta linha de argumentação, é plausível sugerir que as instuições da “avó”, da “tia”, da “babá”, interpondo-se entre o casal, favorecem a vigência de uma divisão de trabalho mais nitidamente demarcada entre o casal.

Ora, o ideário do PSD não apenas nasce em um contexto sócio-cultural que pressupõe redes de relações mais frouxas mas também, como visto, é constitutivo desta ideologia um forte estímulo para que o casal compartilhe todas as atividades — tanto no período pré como no pós-natal. No limite, as tarefas femininas e masculinas são concebidas como intercambiáveis e a “couvade induzida” a que nos referimos seria a ilustração paroxística deste suposto.

Estas disgressões despertam uma série de perguntas: em que medida é possível a convivência do “casal moderno” como uma entidade nuclearizada e individualizada — tal como suposto e proposto pelo PSD — e a vigência do caráter englobalizador que as famílias apresentam na sociedade brasileira? Seriam estas tendências efetivamente irreconciliáveis? Dado que estas correntes propugnadoras da “nova maternidade e da “nova paternidade” têm atraído uma parcela das camadas médias brasileiras, quais os remanejamentos empreendidos com vistas a harmonizar estas tendências em princípio contraditórias? Ou seja, como elas retraduzem e recodificam o PSD para seu universo sócio-cultural específico? E ainda, talvez mais ousadamente, será possível que a relação com a família extensa ou de origem possa ser revista por força da adesão aos preceitos e valores do PSD?

BIBLIOGRAFIA

- ARIES, P., 1978 — *História Social da Criança e da Família*, 279 pp., Zahar, Rio de Janeiro.
- BERGER, P., 1980 — “Para uma Compreensão Sociológica da Psicanálise”. Em: Figueira (org.), *Psicanálise e Ciências Sociais*, pp. 11-26, Francisco Alves, Rio de Janeiro.
- BOLTANSKI, L., 1977 — *Prime Éducation et Morale de Classe*, 152 pp., 2.^a ed., Mouton, Paris.

- BOTT, E., 1971 — *Family and Social Network*, 363 pp., 2.^a ed. Tavistock Publications, Londres.
- COSTA, J.F., 1979 — *Ordem Médica e Norma Familiar*, 282 pp., Graal, Rio de Janeiro.
- DA MATTA, R., 1979 — *Carnavais, Malandros e Heróis*, 272 pp., Zahar, Rio de Janeiro.
- DUARTE, L.F., 1981 — “O Culto do Eu no Templo da Razão”, 38 pp., mimeogr., PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.
- DUMONT, L., 1966 — *Homo Hierarchicus: le système de castes et ses implications*, 449 pp., Gallimard/Tel, Paris.
- , 1970 — “Religion, Politics and Society in the Individualistic Universe”. Em: *Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, The Henry Myers Lecture, pp. 31-41.
- FIGUEIRA, S. A., s/d — “Psicanálise e Antropologia”, 9 pp., mimeogr.
- KITZINGER, S., 1981 — *Gravidez e Parto*, 340 pp., Abril, São Paulo.
- LO BIANCO, A.C., 1981 — “Concepção de Família em Atendimentos Psicológicos fora dos Consultórios: um estudo de caso”. Em: Velho e Figueira (org.), *Família, Psicologia e Sociedade*, pp. 151-182, Campus, Rio de Janeiro.
- REVAULT D'ALLONES, C., 1976 — *Le Mal Joli: Accouchements et Douleurs*, 442 pp. Col. 10/18, Paris.
- SALEM, T., 1980 — *O Velho e o Novo: Um Estudo de Papéis e Conflitos Familiares*, 240 pp., Vozes, Rio de Janeiro.
- , 1982 — “Duas Faces de Eva: a Grávida e a Puta”, 25 pp., mimeogr. PPGAS/Museu Nacional, Rio de Janeiro.
- SIMMEL, G., 1971 — *On Individuality and Social Forms*, 393 pp. Levine, D.N. (org.), The University of Chicago Press, Chicago.
- VELHO, G., 1981 — *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*, 149 pp., Zahar, Rio de Janeiro.